

# Trabalho e deficiência mental: uma questão a ser repensada

MARIA ELISABETE ARCHER TOMASINI

Professora do Centro de Ciências da Educação da UFSC

A integração do indivíduo portador de deficiência mental, na sociedade, através do trabalho, demonstra uma preocupação com o cumprimento de um dos mais importantes objetivos da Educação Especial. Este objetivo representa, em sua realização, o coroamento de todo o trabalho realizado através de outros programas em estágios anteriores. Paralela e permanentemente preocupa-nos a questão relativa ao mercado de trabalho competitivo, que, na figura de seus empresários, mostra-se fechado e descrente da capacidade de trabalho do deficiente. De uma certa forma, embora esta atitude nos cause desagrado, não é difícil de entender. Ao deficiente sempre foi atribuída toda a sorte de não-saber e quando, finalmente, pode demonstrar sua capacidade na realização de algo, o crédito não lhe é dado.

Sem sombra de dúvida, a preparação e a inserção do deficiente mental no mercado de trabalho é uma iniciativa louvável e de suma importância para a vida deste indivíduo, possibilitando-lhe acesso ao emprego e, conseqüentemente, uma relativa independência financeira, em relação à sua família, contribuindo para seu sustento.

A inclusão do deficiente mental na sociedade, pela via do trabalho, parece aproximá-lo do que comumente se chama “normalidade”. Entretanto, este processo nos parece ser prejudicado quando nos deparamos com uma sociedade que num movimento contrário, nem sempre aparente, tenta por todos os meios excluir o “diferente” de seu seio.

O paradoxo reside no fato dos seres humanos serem capazes de produzir um mundo que, em seguida, experimentam como algo diferente de um produto seu. Dessa forma, uti-

lizando os meios mais variados, alguns revestidos de caráter terapêutico, excluem o que vem a alterar a ordem social.

A visão limitada em relação à capacidade do deficiente mental nos parece ser um problema que não diz respeito única e exclusivamente à sociedade “de fora”. Diz respeito, também, a todos nós, ditas pessoas especializadas, que lidam cotidianamente com esta parcela da população que pertence às minorias excluídas.

Imersos no universo da técnica, exercendo um verdadeiro “sacerdócio tecnicista”, vivemos em busca de receitas, de fórmulas, de procedimentos, enfim, procuramos um certo lugar, que nos dê melhores condições para visualizar a forma mais adequada de dar uma outra fisionomia àquele que está sob nosso domínio. Raramente nos reunimos para questionar, honestamente, o tipo de relação que mantemos com essa parcela da população, no espaço circundado pelos muros institucionais. O que parece ser necessário, neste momento, é uma tentativa de questionamento daquilo que temos como “verdade”, em relação aos nossos pensamentos e a nós mesmos enquanto profissionais da Educação Especial. Verdade esta que aparece de forma absoluta em nossos atos.

Para os indivíduos considerados deficientes mentais, a sociedade encarregou-se de criar as chamadas instituições de Educação Especial, que cumprem um papel muito curioso, no mínimo contraditório. Criadas para integrar e normalizar, elas servem também para excluir os deficientes dos meios normais de ensino, afastando-os do contexto geral da educação.

Sob a justificativa das “necessidades especiais” dos indivíduos, a Instituição, na pessoa de seus profissionais, os rotula, os marca, através das classificações, e os insere entre os muros institucionais. Nestes termos, as instituições destinadas ao atendimento de indivíduos portadores de deficiência mental cumprem dois papéis: integram e excluem, de maneira particular, essa população.

As instituições como representantes da ordem social vigente tem suas ações terapêuticas guiadas por um paradigma, um modelo de normalidade adotado pela sociedade ou por determinado grupo social.

A formação do portador de deficiência mental para o trabalho não foge à regra, pois entre os muros institucionais são reproduzidas as mesmas formas que acabam por inseri-lo na exploração que caracteriza o trabalho numa sociedade de classes.

Vivemos numa sociedade permeada pela exploração capitalista, cujas relações de sujeição se desenvolvem em todos os níveis da organização social.

Quando, sob uma concepção burguesa, se diz que o trabalho dignifica o homem e não se analisam as condições reais de trabalho, que brutalizam, entorpecem e exploram certos homens em benefício de outros poucos, estamos diante de uma idéia de trabalho e não diante da realidade histórico social do trabalho.

Estamos, portanto, diante de uma realidade desoladora; parece não existir um outro jogo à vista. Mesmo assim, os esforços precisam ser redobrados no sentido de inseri-lo nesta realidade, pois o deficiente, por ter suas capacidades limitadas por uma deficiência, é, em

geral, preterido pelos indivíduos ditos normais, na ocupação de uma vaga no mercado de trabalho, mesmo que seja capacitado para uma função específica.

Entretanto, a excessiva preocupação em integrar o deficiente mental no mercado de trabalho de acordo com uma formação mecânica, visando única e exclusivamente à aquisição de habilidades para a execução de determinada tarefa, elimina a possibilidade de uma formação integral deste indivíduo. Na “concepção marxista de educação” (Manacorda), o homem deve ser educado de forma integral, o que é denominado de “omnilateralidade”, em oposição à educação compartimentalizada, sob a ótica da unilateralidade.

As limitações intelectuais do indivíduo portador de deficiência mental sempre são argumentos usados, pelos educadores e pela comunidade em geral, como fatores impeditivos à aprendizagem de conteúdos considerados mais complexos e que exigem maior capacidade de raciocínio. Vê-se, claramente, um limite de expectativa dos educadores em relação ao deficiente mental. Isso ocorre mais em razão de um preconceito do que das reais condições mentais, físicas, emocionais e sociais do aluno. Afinal, onde estão situadas as fronteiras da deficiência mental?

A ruptura de paradigmas, até então existentes, poderá contribuir para as reflexões que estimulem práticas pedagógicas não restritivas ao mundo do trabalho, rotineiras, mecânicas, reforçadoras do retardo, mas que preparem o deficiente mental de forma mais completa, integrando-o o mais possível como cidadão.

Para isso, é preciso proceder a uma tomada de consciência, a uma reflexão profunda sobre o nosso papel de educadores enquanto intelectuais que, ao lado da mera formação técnica, reproduzimos o social, pouco fazendo para modificá-lo, não nos apercebendo como fazedores da própria história.

Os deficientes mentais formam um grupo social com sérias limitações, com poucos graus de cidadania, de fato. Uma hipótese plausível é a de que nós, os educadores da área de Educação especial, por não desenvolvermos suficientemente as potencialidades desse grupo de indivíduos, os deficientizamos ainda mais. Um indivíduo sem êxito, na maioria das vezes, é reduzido ao atributo negativo que carrega.

Não é somente a eficiência da técnica, nem a benevolência a compreensão ou a consciência do empresariado que contribuem para o êxito de um programa de preparação para o trabalho. A dinâmica que se estabelece no espaço institucional, os vínculos mantidos entre seus “habitantes” e as relações que são veiculadas em seu meio vão atingir frontalmente o atendimento prestado a seus deficientes.

Percebida como uma espécie de “solução do problema”, a instituição nos mantém como profissionais cuja atuação é vista como um ato de vocação pela população em geral. Somos olhados como se estivessem os revestidos de uma “aura de magia”, plenos de bondade, dedicação e extremo sacrifício. Entretanto, é visível a forma autoritária como muitas vezes encaminhamos nossa atuação. Por mais democráticas que queiram parecer as instituições, é visível o nosso poder enquanto especialistas, em toda a extensão do processo: fa-

zemos medições, julgamentos, imprimimos rótulos, predizemos destinos e fazemos funcionar um regime disciplinar de combate aos desvios.

Uma vez que o saber faz parte de nossos domínios, é nossa a última palavra. Agimos sob o pressuposto de que detemos a verdade e em nome dela o poder se instala.

Ao deficiente raramente é dada a palavra e suas reações, na maioria das vezes, são entendidas circunscritas ao seu quadro de anormalidade, o que nos fecha a possibilidade de perceber comportamentos significativos que superem tais limites. De uma certa forma, ampliam-se os recursos, mudam-se as estratégias e os métodos, mas não muda a forma como nos relacionamos com esse grupo de indivíduos, pois nós determinamos e eles obedecem, numa relação de absoluta desigualdade. Nesse contexto, o educador é aquele que sabe e os educandos aqueles que nada sabem; o educador é o que pensa e os educandos são os pensados; os educandos devem-se adaptar às determinações de seus educadores, ficando sujeitos aos desmandos de quem os comanda e aos maus humores de seus mestres.

Acredito que o nosso poder se exerce sob a justificativa de fazer o bem, e somente ele, sob o manto de uma dominação dourada.

No interior dos muros do espaço institucional, as relações de poder se reproduzem. Nós profissionais disputamos um território, ao mesmo tempo em que disputamos o poder de se legitimar sobre ele. Na tentativa de defender nossa pseudo autonomia de ação contra aqueles que se impõem pelo poder nos olhamos desconfiadamente, nos hostilizamos, às vezes veladamente, às vezes explicitamente. As divergências entre administradores e administrados transformam a instituição em campo de luta e em “um fim em si mesmas” e neste jogo de relações de poder, o espaço ocupado pelo deficiente passa a ser secundário.

A instituição disciplinar mantém os indivíduos portadores de deficiência mental segregados, sujeitando-os aos padrões de comportamento aceitos socialmente como adequados, segundo determinação da própria instituição. Ao deficiente cabe a tarefa de adaptar-se para que seja considerado preparado para o exercício de uma atividade no mercado de trabalho.

Acreditamos que o trabalho é um instrumento de integração do indivíduo portador de deficiência na sociedade, mas a forma como se desenvolve o processo de preparação há que ser re-discutida, sob pena de estarmos, apenas, oferecendo ao sistema capitalista uma “peça” a mais para suas engrenagens. Quanto à não aceitação deste mesmo deficiente como trabalhador pelo mercado de trabalho, pensamos ser um problema que não diz respeito só ao empresariado, mas sim a toda a sociedade baseada em padrões e valores, que a incapacitam a lidar com o “diferente”, não o considerando seu produto, gerado por mecanismos de seu próprio meio. Como diz muito bem João Battista Ribas:

*Pensar que os deficientes são discriminados no mercado de trabalho é uma constatação que deve ser válida na medida em que nos leve a enxergar que este tipo de mercado de trabalho por si só é discriminador. Pensar que o Estado não tem uma política de reabilitação é outra*

*constatação que deve ter valor na medida em que nos faça enxergar que o sistema de saúde é insuficiente no Brasil. Pensar numa sociedade em que as pessoas deficientes vivam melhor é pensar não só na situação singular em que elas se encontram, mas também nos mecanismos que absorvem e circunscrevem todas as pessoas. Enfim, pensar numa sociedade melhor para as pessoas deficientes é necessariamente também pensar numa sociedade melhor para todos nós.*<sup>1</sup>

Não adianta enriquecer uma escola em termos instrumentais e metodológicos, é preciso que sejam mudadas as relações sociais. Temos, portanto, “uma tarefa política local e geral, mas jamais uma só tarefa ou duas separadamente”.<sup>2</sup>

Enquanto permanecermos neste transe hipnótico de não-transformação, de não-despertar, somos gente normal, não incomodamos ninguém. Somos legítimos produtores e reprodutores da sociedade que aí está.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ESCOBAR, Carlos H. de. *Michel Foucault: o dossier – última entrevista*. Rio de Janeiro: Taurus, 1984.
- ESCOBAR, Carlos H. Instituições e o poder. Em: *Tempo brasileiro*. Rio de Janeiro, n. 35, 1974.
- FERREIRA, Júlio Romero. *A construção escolar da deficiência mental*. São Paulo: UNIMEP, 1989.
- FONSECA, Sonia Maria. Excepcional adulto aprende e produz. *Revista Mensagem da APAE*, Brasília, n. 50, 1988.
- FONSECA, Vitor da. *Educação especial*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.
- FOUCAULT, Michel. *A microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. 7ª ed. Petrópolis: Vozes, 1975.
- GOFFMAN, Erwing. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- GOYOS, Antônio Celso de Noronha. *A profissionalização de deficientes mentais; estudo de verbalizações de professores acerca da questão*. São Paulo, 1986. [Tese de doutorado – Departamento de Psicologia Experimental da USP]
- HOSTINS, Regina Célia Linhares, MENDES, Simone Feuerschütte. Instituição: que espaço é este? *Revista Vivência*, FCEE, n. 5, 1989.
- KRINSKI, Stanislay. *Novos rumos da deficiência mental: estado atual e perspectivas futuras. As fronteiras da deficiência mental*. Cap. 20. São Paulo: Savier, 1983.

1. RIBAS, João B. Cintras. *O que são pessoas deficientes*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 98.

2. ESCOBAR, Carlos H. Instituições e o poder. Em: *Tempo brasileiro*. Rio de Janeiro, n. 35, 1974, p. 13.

LEBRUN, Gérard. *O que é poder?* São Paulo: Brasiliense, 1981.

RIBAS, João B. Cintras. *O que são pessoas deficientes.* São Paulo: Brasiliense, 1986.

SUCHODOLSKI, Bagdan. *Teoria marxista da educação.* São Paulo: Estampa, 1986.

TEIXEIRA, Mário A. *As relações de poder numa Instituição Manicomial em Florianópolis.* Florianópolis, 1990. [Tese de Mestrado – UFSC]

---

Palestra proferida na abertura do IX Encontro dos profissionais que atuam na área da Educação para o Trabalho, promovido pela FCEE – Florianópolis – SC, 03/11/1993.